

CARTOGRAFIA DO COLONIALISMO, POLÍTICA AMBIENTAL E ZONAS LIBERTÁRIAS NAS PERSPECTIVAS DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

*CARTOGRAPHY OF COLONIALISM, ENVIRONMENTAL POLICY AND LIBERTARIAN ZONES FROM THE PERSPECTIVES
OF EPISTEMOLOGIES OF THE SOUTH*

*CARTOGRAFÍA DEL COLONIALISMO, POLÍTICA AMBIENTAL Y ZONAS LIBERTARIANAS DESDE LA PERSPECTIVA DE
LAS EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR*

RESUMO

A proposta de uma cartografia do colonialismo instiga o pensamento indisciplinar, que transita no interregno das leituras que analisam a movimentação do capitalismo das *commodities*, os conflitos ambientais e as lutas por zonas libertárias. No Brasil, a destruição da Floresta Amazônica, as tragédias da mineração e a violência contra os povos da floresta são exemplos que colocam a natureza numa condição subalterna ao colonialismo do poder. Este artigo filia-se às epistemologias do Sul para repensar o lugar da natureza na política ambiental a partir de artesanias das práticas socioambientais na Amazônia, como no caso das Terras Indígenas e das Reservas Extrativistas.

Palavras-chave: Amazônia. Amapá. Natureza. Área Protegida. Epistemologia do Sul

ABSTRACT

The proposal of a cartography of colonialism incites interdisciplinary thinking, which transits in the interregnum of readings that analyze the movement of commodity capitalism, environmental conflicts and struggles for libertarian zones. In Brazil, the destruction of the Amazon forest, the mining tragedies and the violence against forest peoples are examples that place nature in a condition subdued by the colonialism of power. In this article, affiliated with epistemologies of the South to rethink the place of nature in environmental policy from the handicraft socio-environmental practices in the Amazon, as in the case of Indigenous Lands and Extractive Reserves.

Keywords: Amazon. Amapá. Nature. Protected Area. Epistemology of the South.

RESUMEN

La propuesta de una cartografía del colonialismo instiga el pensamiento indisciplinado, que transita en el interregno de las lecturas que analizan el movimiento del capitalismo de las *commodities*, los conflictos ambientales y las luchas por zonas libertarias. En Brasil, la destrucción de la selva amazónica, las tragedias de la minería y la violencia contra los pueblos de la selva son ejemplos que colocan a la naturaleza en una condición subalterna al colonialismo del poder. Este artículo se afilia a las epistemologías del Sur para repensar el lugar de la naturaleza en la política ambiental a partir de la artesanías de las prácticas socioambientales en la Amazonia, como en el caso de las Tierras Indígenas y las Reservas Extractivas.

Palabras-clave: Amazonia. Amapá. Naturaleza. Área Protegida. Epistemología del Sur.

 Marco Antonio Chagas ^a

 Antonio Sérgio Monteiro
Filocreão ^a

^a Universidade Federal do Amapá
(UNIFAP), Macapá, AP, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2022.64987

Correspondência: marco.chagas@unifap.br.

Recebido em: 30 set. 2021

Aceito em: 6 jan. 2022



INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma cartografia do colonialismo, assente na interpretação da geopolítica da acumulação por espoliação e no universo teórico-prático das epistemologias do Sul. Parte-se do entendimento de que o capitalismo e o colonialismo respondem pela configuração de um zoneamento global que se caracteriza pela apropriação da natureza e suas consequentes desigualdades socioambientais. Afirma-se que as zonas se reconfiguram em circunstâncias de regimes políticos democráticos ou de suas ausências (ACSELRAD, 2012; HARVEY, 2004; SANTOS, 2018a; SANTOS, 2019).

Para ancorar a pesquisa optou-se pela Amazônia brasileira, região que oferece atualmente a representação mais próxima de uma Zona do Sacrifício, e a compreensão da geopolítica que preocupa o mundo pelos significados das atitudes de governos neoliberais autoritários, para os quais a política ambiental é subjugada à condição de entrave ao desenvolvimento ou a mero requisito protocolar a ser cumprido para a afirmação do consenso das *commodities* (SVAMPA, 2012).

A proposta de regionalização territorial permite um ensaio crítico sobre visões globalocêntricas vinculadas ao modelo de desenvolvimento que subjaz a cartografia do colonialismo e que tem instruído as políticas de sucessivos governos neoliberais para a Amazônia (ACSELRAD, 2018; CASTRO, 2017; CASTRO; CARMO, 2019; ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016). Referidos autores (entre outros) têm denunciado e se mantido na retaguarda da resistência dos grupos sociais impactados pelo desmatamento da Floresta Amazônica, pela tragédia da mineração, pela violência contra os povos da floresta. Tal proposta apropria-se de categorias teóricas acostadas ao ressignificado de lugar e às artesanias das práticas para aferir possível tradução de políticas ambientais associadas ao desenvolvimento sustentável que se faz representar por Territórios Indígenas e Reservas Extrativistas na Amazônia (ALLEGRETTI, 2002; ESCOBAR, 2005; 2007; KRENAK, 2019; SANTOS, 2019).

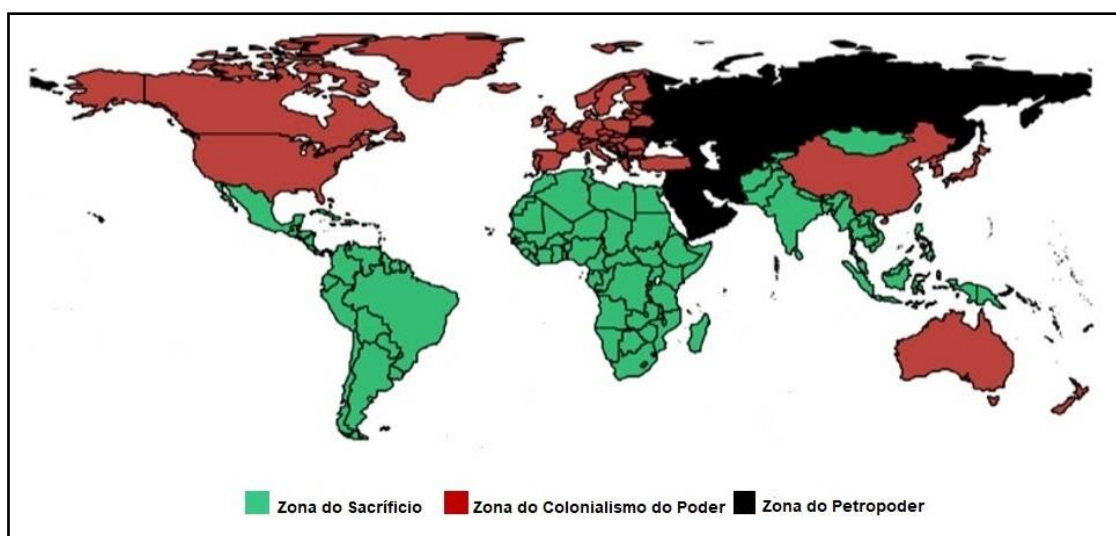
A Cartografia do Colonialismo

As forças que controlam o capitalismo global e a elite do atraso têm expandido o colonialismo do poder ao se apropriarem das estruturas de Estado pelas vias da democracia representativa em descrédito. Referidas forças estão manipulando a linha abissal em desfavor de todos aqueles que clamam por justiça diante das desigualdades decorrentes da acumulação por

espoliação. Nestas condições encontram-se a maioria dos países da América do Sul, América Central, África e Ásia.

A natureza, forjada como recurso econômico, molda a geopolítica do colonialismo ao imprimir um zoneamento no planeta com dicotomias abissais que ajudam a repensar as profundas marcas da violência colonial que continuam impondo o sacrifício da natureza pelo consenso das *commodities* (Figura 1).

Figura 1 – Cartografia do colonialismo.

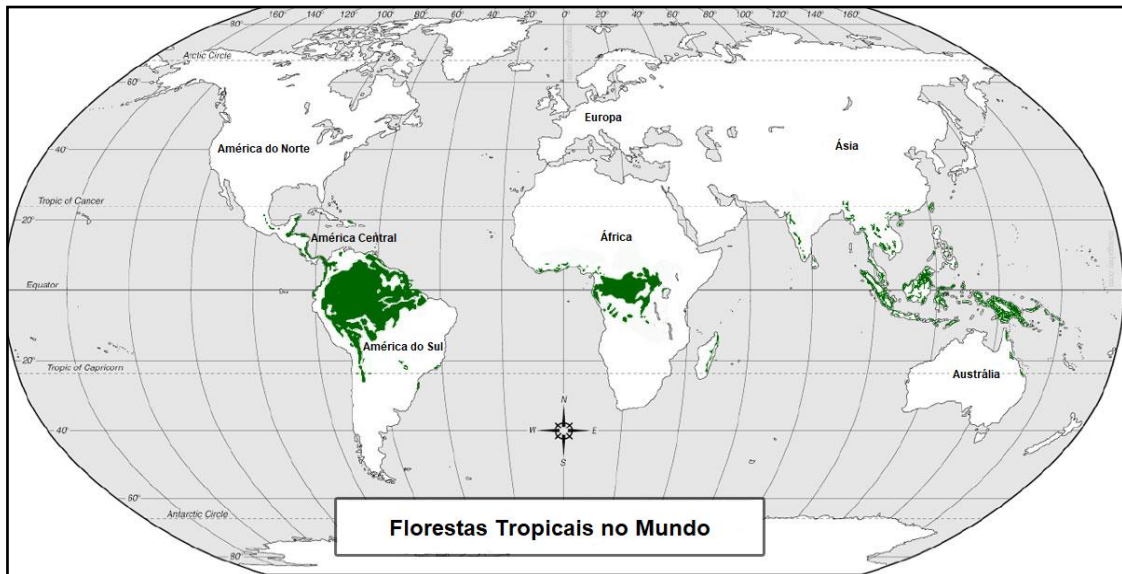


Fonte: Elaborado pelo autores.

A sustentação epistemológica da cartografia do colonialismo se faz presente em literatura de autores que têm desafiado o cânone da ciência eurocêntrica, com ofertas de pedagogias decoloniais que inspiram movimentos de resistências e dão o suporte para evidenciar artesanias das práticas socioambientais. O zoneamento propositivo delimita quem vai ser sacrificado para manter a zona hegemônica do poder e oportuniza pensar cartografias epistemologicamente alternativas e libertárias (ALIMONDA, 2011; CASTRO, 2018; ESCOBAR, 2005; QUIJANO, 2005; 2010; MBEMBE, 2016; SANTOS, 2019; SVAMPA, 2019).

A Zona do Sacrifício corresponde aos territórios provedores de *commodities* expropriadas da natureza pela Zona do Colonialismo do Poder. Nesta zona encontram-se as maiores áreas contínuas de florestas tropicais ainda preservadas do planeta (Figura 2), abrigam culturas ancestrais e tradicionais, mas também é onde se intensificam processos de destruição da natureza, de culturas e de conflitos ambientais.

Figura 2 – Florestas tropicais na Zona do Sacrifício.



Fonte: <https://global.mongabay.com/pt/rainforests/0102.htm>. Acesso em: 18 jan. 2021.

A Zona do Petropoder representa a região do planeta produtora de petróleo e que dá sustentação à teoria da maldição dos recursos naturais. Referida teoria sustenta que as forças das grandes corporações do setor de petróleo se movimentam para o domínio dos territórios produtores, com implicações que passam pelo controle das instituições, pela ausência de democracia e pelo fomento à guerra civil pelo acesso ao petróleo (ROSS, 2015). Esta zona está no centro do debate sobre a violência global e das mudanças climáticas em relação à transição para uma economia de baixo-carbono.

A Zona do Colonialismo do Poder é a espacialização captada das teorias que inspiram resistências, como Quijano (2005; 2010), com aportes atemporais de Césaire (1978), que ajudam a perceber como o colonialismo inferioriza o outro e impõe a condição necessária ao passaporte para a crença na modernização ocidentocêntrica, que se insinua como a única capaz de transformar a riqueza natural, desaproveitada pelos atrasados do Sul, em “desenvolvimento”. O desenho desta Zona oportuniza uma aproximação visual com o núcleo do capitalismo profundo, que se apropria dos bens comuns do planeta sem a redistribuição justa e equitativamente dos benefícios gerados por esta espoliação, usando de todas as formas de coerção para se manter no controle dos territórios, das *commodities* e dos potenciais naturais de baixa entropia.

O colonialismo da natureza na Zona do Sacrifício, e de certa forma na Zona do Petropoder, se faz entender por bases epistemológicas que se contrapõem ao conhecimento gestado nos países da Zona do Colonialismo do Poder. Existe um outro mundo de conhecimentos e saberes que têm instruído várias possibilidades cognitivas de aprender pelas vias artesanais para desaprender e



reaprender pela percepção dos conceitos que nos faltam, com contribuições afirmativas das epistemologias do Sul (SANTOS, 2019).

A Política Ambiental Globalocêntrica do Desenvolvimento Sustentável

A natureza utilitarista ou do uso dos recursos naturais que ancoram o zoneamento proposto na Figura 1 estão presentes na formulação da política ambiental globalocêntrica aderente ao desenvolvimentismo institucionalizado pelas *big*s conferências da ONU. De Estocolmo 1972 a Rio 2012, a questão ambiental passou a fazer parte do dicionário do desenvolvimento sustentável.

O histórico da política ambiental na maioria dos países acompanhou a trajetória institucional da ONU, enquanto processos de diplomacia para regulação dos acordos firmados em torno de problemas ambientais globais, principalmente as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade, assumindo o discurso do desenvolvimento sustentável. As mentes inquisitivas de Redclift (2006) e Banerjee (2006) consideram que o termo “desenvolvimento sustentável” se mantém no centro da política ambiental internacional, mas deslocado das questões sociais e aprisionado pela incapacidade de promover a autonomia local diante das forças do capitalismo e do colonialismo. Referidas críticas levaram a ONU a propor uma agenda comum global/local sob o título de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030 (AGENDA 2030, 2021).

Santos (2018b), por sua vez, ao argumentar sobre “A nova ‘Tese onze’ de Marx”, comenta que a materialidade da natureza apartada de sentido de sociedade, que (em princípio) forjou a concepção da política ambiental no mundo, foi uma condição imperativa para a expansão do capitalismo e que sem tal assertiva cartesiana não teria sido possível aferir valoração à natureza explorada e apropriação pelo mercado.

A política ambiental globalocêntrica pode ser entendida como um conjunto de instrumentos e ações voltadas ao controle da natureza e ao desenvolvimento sustentável (ONU, 2012). Neste espectro conceitual, a política ambiental rivaliza-se com as epistemologias do Sul no sentido do não reconhecimento da diversidade cultural do mundo, da polissemia conceitual de natureza e de justiça territorial e ambiental, com implicações que refutam as teses desenvolvimentistas, por mais democrática que possa parecer, pela incapacidade de superar a regulação social hegemônica entre Estado e mercado sob a tutela neoliberal (ACSELRAD, 2014; MARTÍNEZ ALIER, 2007; SANTOS, 2005a; 2005b; SANTOS; MENESES, 2010).

Uma das consequências do modelo de desenvolvimento hegemônico tem sido o desmonte das políticas ambientais e o conseqüente aumento de conflitos. Existe uma forte resistência a este



modelo, mas que se mantém fragilizado pela complexidade da democracia representativa que invadiu a política ambiental em processos de escutas rasas ou subvertidas ao alinhamento desenvolvimentista. A este respeito, o biólogo e escritor Mia Couto, que se reconhece como um poeta que trabalha como um cientista, oferece uma oportuna reflexão sobre como tem se dado as relações de apoio ao fortalecimento de políticas ambientais em países da Zona do Sacrifício pelas vias da cooperação internacional:

As comunidades estão acima de qualquer suspeita, são incorruptíveis e têm uma visão infalível sobre os destinos da humanidade. É assim que pensam uns tantos missionários dessa nova religião que se chama “desenvolvimento”. Uma tropa de associações cívicas e organizações não-governamentais serve-se desse conceito santificado e santificante. Essa entidade pura não existe. Felizmente. O que há são entidades humanas, com os defeitos e as virtudes de todas as entidades compostas por pessoas reais. O esforço de idealização do desenvolvimento promovido quer pelos profetas do desenvolvimento quer pelos defensores dos fracos não confere com a realidade, que é mais complexa e mundana. O bom selvagem defendido por Rousseau nunca foi nem “bom”, nem “selvagem”. Foi simplesmente pessoa (COUTO, 2019, p. 166).

Para muitos grupos sociais que estão na linha de frente da resistência e dos conflitos ambientais, a categoria “desenvolvimento” não faz sentido ou se soma aos “conceitos que nos faltam”, título de artigo de Santos (2018c) em argumentação de que “os conceitos nunca retratam exatamente as nossas vivências, até porque estas são muito mais diversas e mutantes que as que servem de base aos conceitos dominantes”.

A AMAZÔNIA DAS *COMMODITIES*, OS CONFLITOS AMBIENTAIS E O RETROCESSO DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

A Amazônia é um território de 7,8 milhões de km² compartilhada pelo Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa, onde vivem 33 milhões de habitantes, incluindo 1,5 milhão de indígenas de 385 povos diferentes (RAISG, 2020), além de quilombolas, ribeirinhos, camponeses, entre outros grupos sociais que mantêm a resistência ao capitalismo neoliberal das *commodities* e ao retrocesso das políticas ambientais. Muitos destes grupos se mantêm no foco dos conflitos ambientais em uma região em intenso processo de transformação impulsionado por políticas desenvolvimentistas (CASTRO, 2017).



A busca pelo consenso desenvolvimentista propalado pelo Estado acabou por consolidar uma “ecologia dos ricos”¹ e acelerar conflitos ambientais ou conflitos ecológicos distributivos, termos usados indistintamente neste artigo para se referir ao campo da ecologia política que se mantém atento aos distintos valores dado a natureza (material/imaterial) e as desigualdades de poder que nucleiam os referidos conflitos (MARTINEZ-ALIER, 2007; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Nesta esteira, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição que tem registrado conflitos ambientais no campo no Brasil, evidencia a aplicação conceitual a partir da visão dos trabalhadores rurais:

[...] ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Esses conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2020, p. 12).

A violência contra os trabalhadores rurais e povos da floresta que lutam contra a destruição da natureza e por justiça ambiental é marca registrada da cartografia do colonialismo. Dados acumulados entre 2011 e 2020 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020) apontam 403 assassinatos no campo vinculados a conflitos por terra, água e questões trabalhistas no Brasil. Svampa (2019) alerta quanto às formas extremas da violência do capitalismo das *commodities* na América Latina, citando o aumento da repressão estatal e paraestatal, visível nos processos de assassinatos de ativistas de movimentos socioambientais.

O assassinato do líder Seringueiro Chico Mendes (em 1988) foi o de maior repercussão, mas os dados da violência são alarmantes, principalmente em relação aos povos indígenas e suas terras. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2019, p. 6) denuncia que “a intensificação das expropriações de terras indígenas, forjadas na invasão, na grilagem e no loteamento, consolida-se de forma rápida e agressiva em todo o território nacional, causando uma destruição inestimável”.

Em 2019 foram registrados 1.120 casos de violências contra o patrimônio dos povos indígenas, dos quais 256 casos foram identificados como invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio. Estes casos se deram em pelo menos 151 terras indígenas, de 143 povos, em 23 estados, com anacrônicas motivações decorrentes da exploração ilegal dos bens naturais com objetivos exportadores (CIMI, 2019).

¹ “Ecologia dos ricos”: significa a crença na materialidade da vida e no controle tecnológico da natureza para suprir o mercado com recursos, para aumento do consumo e para promover o desenvolvimento. Aproxima-se à corrente do ecologismo “evangelho da ecoeficiência”, conforme categorização de Martinez Alier (2007, p. 26).



Os conflitos ambientais e os riscos alinhados aos interesses da Zona do Colonialismo do Poder mantêm um ponto crítico, que tanto pode prolongar o conflito como se efetivar em morte, como no caso das vítimas do capitalismo das *commodities* da mineração em Minas Gerais, no Brasil (Mariana, 18 mortos; Brumadinho, 259 mortos e 11 desaparecidos). Laschefski (2020) analisou o rompimento das barragens da mineração em Mariana/2015 e em Brumadinho/2019, destacando como a política ambiental foi “abduzida” pelos interesses das mineradoras e reproduziu uma cultura institucional favorável à boa governança de seus interesses:

[...] as mineradoras penetram nas instituições públicas, nas entidades da sociedade civil e no Ministério Público para manipular a “boa governança” a seu favor. De certa forma, introduziram nesse campo conflituoso uma cultura de troca de favores com atores-chave, uma espécie do neocoronelismo (LASCHEFSKI, 2020, p. 135).

O estudo de Laschefski (2020, p. 134) conclui que “as empresas de mineração estão instalando novas formas de acumulação por despossessão, por meio da articulação com as instituições do Estado”, corroborando com a crítica de Santos (2005b) ao apontar como o capitalismo atua para o controle do Estado como estratégia de impor seus interesses.

O atual retrocesso da política ambiental e o desmonte da estrutura pública vinculada ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), incluindo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), fortalece a hipótese em favor da afirmação do Consenso das *Commodities*, numa analogia ao termo proposto por Svampa (2011; 2012; 2019) para caracterizar a consolidação de um modelo de desenvolvimento baseado na exportação em larga escala de bens primários e alinhado aos interesses da Zona do Colonialismo do Poder.

Avritzer (2017) avalia como positivo a construção social de políticas ambientais no Governo Lula, protagonizadas pela luta de Chico Mendes, com a ascensão da representante dos seringueiros, Marina Silva, ao Ministério do Meio Ambiente. O autor também aponta contradições deste mesmo Governo pelos impactos na Amazônia das obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a hidrelétrica de Belo Monte.

Outra questão controversa e sempre delicada, que tencionou possibilidades de fortalecimento de processos de construção social de políticas ambientais no Governo Lula, foi a cooptação de ativistas de movimentos socioambientais que passaram a ocupar funções públicas na



estrutura de Estado. Estes movimentos se enfraqueceram e perderam espaço no jogo democrático em favor de mais sociedade nas políticas ambientais.

POLÍTICA AMBIENTAL E ZONAS LIBERTÁRIAS

As teorias de desenvolvimento baseado no lugar da natureza dialogam com as epistemologias do Sul para visibilizar artesanias das práticas dos movimentos socioambientais (ESCOBAR, 2005; SANTOS, 2019). Tais práticas estão presentes em processos de luta pela delimitação de Terras Indígenas e Reservas Extrativistas na Amazônia. Estes territórios ancestrais e de uso coletivo são direitos originários de indígenas e conquistas de populações tradicionais que optaram por viver na floresta sem patrão. Em sua essência traduzem o efetivo resultado da Aliança dos Povos da Floresta² por zonas libertárias que estão resistindo à violência das *commodities*.

O enfrentamento à Zona do Colonialismo do Poder significa risco de vida, como no caso de lideranças indígenas, quilombolas e extrativistas que estão na mira do capitalismo de corsários. O assassinato de Chico Mendes (em 1988) alertou a sociedade quanto à sina de todos que lutam contra o desmatamento das florestas e em defesa do “direito de viver num seringa sem patrão” ou em “zonas libertárias”, como nas Terras Indígenas, Reservas Extrativistas ou em outras áreas de uso coletivo (ALLEGRETTI, 2002; ALMEIDA; ALLEGRETTI; POSTIGO, 2018).

Cunha (2021) é inconteste ao defender os direitos originários dos povos indígenas às suas terras, apontando como setores do agronegócio têm impulsionado o crescimento da violência estatal e paraestatal sobre as terras indígenas. Referidos direitos se dão por atos autodeclaratórios e estão acima de qualquer regramento jurídico e julgamento institucional, portanto não cabe enquadrá-los e nem inseri-los como campo de análise de políticas ambientais, a não ser para enfatizar os valores de sustentabilidade e sinalizar o aporte destes povos à proteção das florestas, ao clima e à biodiversidade.

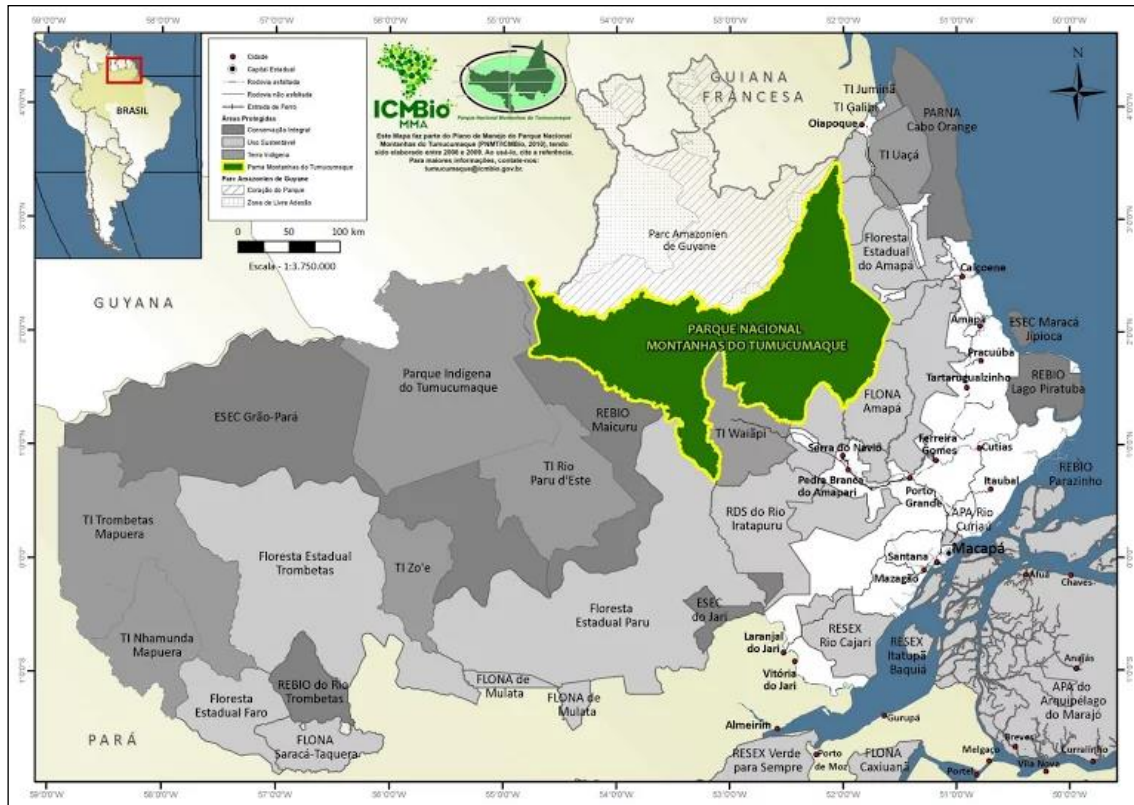
As Terras Indígenas e as Reservas Extrativistas se complementam em zonas libertárias, incluindo outros espaços especialmente protegidos. As Reservas Extrativistas creditam a condição de exemplo de construção social de políticas ambientais no Brasil. Referidas zonas libertárias clamam por uma gestão ambiental integrada global/local (cooperação internacional), de modo a validar sua função de contribuir para a mitigação da crise climática e de gerar benefícios econômicos alternativos a exploração de *commodities*.

Uma das maiores e mais preservadas zonas libertárias do planeta localiza-se na tríplice fronteira Amapá-Pará-Guiana. Constitui um espaço contínuo, predominantemente de floresta, com aproximadamente 30 milhões de hectares, onde se destaca o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (em verde), criado pelo

² A Aliança dos Povos da Floresta surgiu em meados dos anos 1980, quando lideranças de povos indígenas e de seringueiros do Brasil se uniram para reivindicar a demarcação de territórios de ocupação ancestral indígena e a criação de Reservas Extrativistas.

Governo Brasileiro em 2002 e anunciado ao mundo na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Rio+10, realizada na cidade de Joanesburgo, na África do Sul (Mapa 1 e Tabela 1).

Mapa 1 – Territórios Indígenas e Unidade de Conservação Amapá-Pará-Guiana Francesa (zona libertária).



Fonte: ICMBio (2009).

Tabela 1 – Territórios Indígenas e Unidades de Conservação Amapá-Pará-Guiana Francesa (zona libertária). Fonte: Organizado pelos autores (2021).

Região	Área Protegida	Hectares
Amapá	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	3.846.400
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	806.184
	Reserva Extrativista do Rio Cajari	501.771
	Terra Indígena Waiãpi	607.000
Amapá/Pará	Estação Ecológica do Jari	227.126
	Terra Indígena Parque do Tumucumaque	3.071.067
	Estação Ecológica do Grão Pará	4.245.800
Pará	Floresta Estadual do Paru	3.612.900
	Floresta Estadual do Trombetas	3.172.900
	Reserva Biológica Maicuru	1.151.700
	Floresta Estadual do Faro	613.800
	Terra Indígena Rio Paru d'Este	1.195.785
Guiana Francesa	Terra Indígena Zo'e	669.000
	Parque Natural Regional da Guiana	3.390.000
Total		27.111.433



A política ambiental em zonas libertárias tem se dado por gestão institucional de governos que não alcançam o significado destes espaços no contexto do fortalecimento de ações às ameaças das mudanças climáticas e aos esforços para o desenvolvimento sustentável. A ausência de governança global/local para zonas libertárias tem invisibilizado uma diversidade de oportunidades voltadas para projetos solidários e incluídos, como o apoio a associações indígenas, cooperativas agroextrativistas, ribeirinhas, familiares e outras iniciativas que se movimentam economicamente pela lógica da ação coletiva (CASTRO, 2017; LOUREIRO, 2012).

Sob este aspecto, um olhar mais focado de cooperação internacional e de políticas públicas se faz necessário para acolher as zonas libertárias, incluindo não somente a questão ambiental, mas também políticas que possam ir além do atual sistema institucional que se divide entre estes territórios de uma forma muito precária. Propõem-se, desta forma, um governo global para a gestão das zonas libertárias do planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acumulação por espoliação da natureza ao longo da história moldou uma cartografia global do colonialismo, expressa por distintas zonas categorizadas como: Zona do Colonialismo do Poder, Zona do Petropoder e Zona do Sacrifício. São zonas dinâmicas, de tensão entre fronteiras, que se movimentam pela imposição de interesses, usando de estratégias de opressão e violência.

Diante desta configuração geopolítica, sob a égide da ONU, a maioria dos países aderiu a políticas ambientais em consenso pelo desenvolvimento sustentável. O resultado é que, apesar da existência de políticas ambientais na maioria dos países, o desenvolvimentismo imprimiu um ritmo de uso da natureza que ultrapassou a capacidade de suporte do planeta, invadiu o campo dos conflitos ambientais e das injustiças socioambientais.

No caso brasileiro, a desconstrução da política ambiental e a destruição da Floresta Amazônica são “colonialidades do poder”, entendidas no sentido dado por Quijano (2005) para explicar como estes processos são articulações entre colonialismo e capitalismo, que se movimentam (entre outras formas) pela violência extrema sobre os territórios a serem sacrificados. Nestes termos, a noção de natureza é reduzida a recurso econômico a ser explorado e transformado em riqueza e poder, condição imperativa para a reprodução do discurso do desenvolvimento pelo consenso das *commodities*.

O desenvolvimento sustentável da modernidade entrou em descrédito e as evidências das mudanças climáticas indicam uma atenção maior para artesanias das práticas de grupos sociais que



mantêm territórios preservados, como indígenas, extrativistas, quilombolas e demais representações marginalizadas por pensarem fora do sistema econômico dominante.

A resistência indígena, o legado de Chico Mendes, as vítimas de Mariana e Brumadinho e de muitos outros que foram vitimados pela violência do capitalismo e do colonialismo estão reivindicando alternativas de desenvolvimento sustentável em zonas libertárias, como os territórios indígenas e as Reservas Extrativistas das populações tradicionais da Amazônia.

Uma das zonas libertárias identificada na Amazônia encontra-se na tríplice fronteira tríplice fronteira Amapá-Pará-Guiana, constituindo um território de mais de 30 milhões de hectares em áreas protegidas, incluindo uma diversidade de povos ancestrais e tradicionais.

No plano deste ensaio são oferecidas insurgências ao modelo colonial de conhecimento a partir da afirmação das epistemologias do Sul que se apresentam como retaguarda às artesanias das práticas socioambientais na Amazônia. São formas de indisciplinas que estão afrontando a cartografia do poder.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, IPP, 2013

ABREU, M. **Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro**. In Revista Espaço & Debates no37, ano XIV, p.34-46, 1994.

Abecip - **Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança**. Disponível em <www.abecip.org.br> acessado em 20/09/2011.

AMENDOLA, Mônica. **Uma leitura geográfica dos planos estratégicos da Cidade do Rio de Janeiro** (Dissertação de mestrado). Instituto de Geociências / UFF, Niterói, 2000.

AMENDOLA, Mônica. **O ordenamento urbano carioca sob a ótica do plano estratégico de cidades**. Revista geo-paisagem (online), Vol. 1, número 2, julho/dezembro de 2002.

ANF – **Agência de Notícias das Favelas**. Disponível em: <<http://www.anf.org.br>> Acesso em setembro de 2011.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro -<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/raridades> - código de obras 1937

BARREIRA, Marcos. **“Cidade Olímpica: sobre o nexa entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro”** In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 129-168.

BARREIRA, Marcos. **Para Além da Ocupação do Território**. Revista Continentes, [S.l.], n. 2, p. 124-146, jan. 2014.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro**: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba. *Um Século de Favela*. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 25-60.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade**. In: MELLO, Marco Antonio da Silva (org.). *Favelas Cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 373-39

CANO, Ignácio (coord). **“Os Donos do Morro”: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) no Rio de Janeiro”**. Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2012

CASTORIADIS, C. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.



- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1996
- CARLOS, A. F. A. **La utopía de la Gestión Democrática de la Ciudad**. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. IX, n. 194, 2005.
- CARLOS, A. F. A. (Org.) *et al.* **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CAPEL, Horacio. **El modelo Barcelona: un examen crítico**. Ediciones del Serbal, Barcelona, 2005.
- CIDADE OLÍMPICA**, Disponível em < www.cidadeolimpica.com/> Acesso em outubro de 2011.
- DOMÍNIMO público**. Direção: Fausto Mota e alli, 2014. 1 DVD (1:38 min).
- EIV – **Estudo de Impacto de Vizinhança**. Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio. Disponível em: <http://www.portomaravilhario.com.br/eiv/>. Acesso em setembro de 2011.
- FERREIRA, Fernando M. A. **O Policiamento de Proximidade: O caso especial do programa “Comércio Seguro” da baixa da Cidade do Porto**. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Criminologia elaborada sob a orientação do Professor Doutor Pedro Sousa. Maio 2014
- FERREIRA, A. **A produção do espaço: entre dominação e apropriação. um olhar sobre os movimentos sociais**. In: Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (15), 1 de agosto de 2007. ISSN: 1138-9788.
- FERREIRA, A. **A Cidade no Século XXI: Segregação e Banalização do Espaço**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. v. 1. 296 p.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FLEURY, Sonia. **Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 30, mai/ago 2012, p. 194-222
- HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado** : processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Trad. Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- GOMES, P. C. C. **A condição urbana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 306p.
- GOUGUET J.-J. (dir), 2016. **Candidature Paris 2024** : étude d’impact. Centre de Droit et d’Économie du Sport. 22 p.
- GOV. EST. RJ. **Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs**. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/mapa/exibeconteudo?article-id=566038>> Acesso em outubro de 2011.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, 8ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere – Volume 3 – Maquiavel e notas sobre o Estado e a política**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo, HUCITECH, 1980.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 16ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford/Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991 (orig.: 1974) Editions Anthropos. (UK)
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008a.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b. LEFEBVRE S., RAOULT, S., 2017. **Des Jeux et des villes, les liens ambigus entre olympisme et urbanisme**. Urbanités, 10 p.
- MAGALHÃES, L. E. **Prefeitura desapropriará 3.630 imóveis para criar o Transcarioca, corredor expresso de ônibus da Barra à Penha**. O GLOBO, 14/12/2009. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>> Acesso em set/2011.



- MARX, K. O Capital. **Crítica da economia política**. 15 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, 3v
- MENDES, Izabel Cristina Reis. **Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica?** Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro / Izabel Cristina Reis Mendes.- - São Paulo, 2006.
- MISSE, M. **Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro**. LeMonde Diplomatique Brasil, 2011.
- MORIN, E. **Por uma reforma do pensamento**. In: PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, E. P. O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MORIN, E. **Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro. Garamond, 2008.
- NAPOLITANO, G. **O Brasil na Elite Mundial**. Revista Exame. 30/06/2010.
- OLIVEIRA, M. P. **Rio de Janeiro: Cidade e Cidadania em Questão**. São Paulo: FFLCH - USP, 1999. 333 p.
- OLIVEIRA, M. **Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/338.htm>>
- OLIVEIRA, M. **A utopia do direito à cidade: possibilidades de superação da dicotomia favela-bairro no Rio de Janeiro**. GEOgraphia (UFF), Niterói, v. VII, n. 14, p. 59-74, 2005.
- OLIVEIRA, M. **A favela e a utopia do direito à cidade no Rio de Janeiro**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 34. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24534.htm>>
- PAC Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-minha-casa-minha-vida>> acessado em outubro de 2011.
- Osborn, Catherine. **A História das Urbanizações nas Favelas Parte II: Favela-Bairro (1988-2008)**. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=5042>> 07/03/2013
- Preço nas alturas. 30/03/2011** Disponível em <<http://clipping.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=24638&sid=77&tpl=printerview>>
- PROJETO PORTO MARAVILHA**. Disponível em: <<http://www.portomaravilhario.com.br>>. Acesso em Agosto de 2011.
- SILVA, L. A. M. **Afinal, qual é das UPPs?** Observatório da metrópoles, março de 2010 <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf>
- TEIXEIRA, E. T. **Unidades de Política Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos?** 2010
- VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VALLADARES, Licia. **Passa-se uma casa: Análise do programa de remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978
- VALLADARES, Licia. **A Invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005
- VALLONE, G. **Financiamento imobiliário com poupança bate recorde em 2010**. 15/02/2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/875887-financiamento-imobiliario-com-poupanca-bate-recorde-em-2010.shtml>>
- ZALUAR, A. & Alvito, 2004, 4 edição, **Um século de Favela**. Rio de Janeiro, ed FGV, 2004)
- Valla, Victor Vincent. **Educação e Favela**. Políticas para as favelas do Rio de Janeiro,1940-1985. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1986.